

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Restringe a venda e utilização do polimetilmetacrilato (PMMA) para a realização de procedimentos estéticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei restringe a venda e utilização do polimetilmetacrilato (PMMA) para a realização de procedimentos estéticos.

Art. 2º A venda e utilização do produto polimetilmetacrilato em procedimentos estéticos ou reparadores fica restrita a:

I – médicos habilitados no uso dessa substância, que possuam título de especialista em cirurgia plástica ou dermatologia;

II – serviços que funcionem sob coordenação de médicos habilitados no uso dessa substância, que possuam título de especialista em cirurgia plástica ou dermatologia.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei configura infração à legislação sanitária federal, aplicando-se as disposições previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou em outra que venha substituí-la.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O polimetilmetacrilato (PMMA) é um material derivado do petróleo, que vem sendo usado em várias áreas da medicina há décadas. Tem uso recomendado nas áreas de ortopedia, oftalmologia, neurocirurgia e dermatologia, entre outros. É utilizado também em pesquisas e na indústria.



Desde a década de noventa do século passado começou a ser aplicado em cirurgias plásticas estéticas e reparadoras – especialmente no caso dos pacientes vivendo com HIV/Aids que desenvolvem lipodistrofia. É utilizado ainda em procedimentos estéticos. Ocorre, todavia, que seu uso não é isento de efeitos colaterais.

Isso voltou à tona há poucos anos, em face dos eventos amplamente divulgados na imprensa, como infecções¹ e até mesmo morte associada a procedimento supostamente realizado por médico sem especialidade compatível². Um grande complicador é a dificuldade em se remover o produto, caso necessário. Segundo comunicado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Sociedade Brasileira de Dermatologia³:

A situação é grave, pois é sabido que o produto – cuja aplicação é definitiva – não pode ser removido de maneira isolada, quando apresentar complicações, sendo sua remoção acompanhada dos tecidos preenchidos, podendo gerar importante dano estético e deformação. É impossível prever quais indivíduos serão suscetíveis e quando essas reações podem vir a ocorrer, sendo a qualquer tempo, mesmo anos após sua aplicação.

Esses efeitos deletérios, todavia, já vêm sendo discutidos nas instâncias relacionadas à saúde pública há bastante tempo. Em 2007, após amplo debate e manifestação expressa do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a Anvisa proibiu a manipulação da substância em Farmácias, por meio da RE n.º 2.732/2007.

Várias outras normas infralegais tratam do tema. Merece destaque a Portaria Conjunta SAS/SVS nº 01, de 20 de janeiro de 2009, que estabelece critérios rígidos de credenciamento da rede de alta complexidade, para a realização do Tratamento Reparador da lipodistrofia.

1 <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/12/entenda-riscos-do-pmma-outro-produto-usado-por-andressa-urach.html>

2 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/01/laudo-indica-que-bancaria-que-fez-procedimento-com-o-dr-bumbum-morreu-de-embolia-pulmonar.ghml>

3 <http://www.sbd.org.br/noticias/nota-de-agravo-cremesp-sbcp-e-sbd-pedem-retratacao-a-anvisa-sobre-indicacoes-do-pmma/>

Apesar disso, ainda são comuns casos de problemas graves com pacientes que se submetem a tratamentos com profissionais pouco habilitados, ou mesmo realizados por leigos, não médicos. Nesse contexto, cabe a este Parlamento restringir a venda e utilização do produto aos profissionais comprovadamente habilitados para seu uso, como forma de se tentar evitar novas tragédias.

Para tanto, conto com o apoio de todos para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

2020-8607

